

Da 'Pobreza' *Voluntária* à *Hiper-Socializada*? Uma Interpretação Sociológica das Identidades Sociais de Mulheres 'Pobres', a Partir da Obra de Talcott Parsons

Maria de Fátima Toscano

INTRODUÇÃO: SOCIOLOGIA, IDENTIDADES E MULHERES SOCIALMENTE DESQUALIFICADAS

Uma Sociologia das Identidades é possível? – perguntava Suzie Guth, em 1994, nessa obra marcante para a *sociologia compreensiva* da 'exclusão social' (Guth 1994). Hoje, volvidas quase duas décadas, vários estudos e perspectivas consolidaram a problematização e a análise sociológicas das *identidades sociais*. Pelo que a questão de que este texto parte é outra: *como tem a Sociologia das Identidades contribuído para o conhecimento sociológico de fenômenos sociais designados por pobreza e desqualificação* sociais? Na análise que aqui se apresenta, partimos de 4 postulados:

1. O presente texto ancora-se no entendimento sociológico da 'pobreza' e da desqualificação como *experiências sociais* (Dubet 1996). Considera-as, pois, vivências sócio-históricas, em *contextos* amplos e *situações* particulares, *temporalizadas* e *circunstancializadas*, como ensina Dubar (2006, 1995, 1994, 1993, 1992).

2. Na linha de abordagem que temos vindo a trabalhar (Toscano 2002, 2006, 2010), alargou-se o *princípio sociológico da contextualização*, desde a análise 'da pobreza' e da desqualificação social, até à observação dos trajetos sócio-biográficos, de modo a atentar na eventual requalificação dos atores ditos pobres em sujeitos sociais.² Assim, assumimos o princípio de que *conhecer sociologicamente* é conhecer *como* os atores

sociais se vão contextualizando, descontextualizando, recontextualizando e situando socialmente. Noutras palavras, parte-se da formulação ‘pela positiva’ – *como se sai da pobreza?* – para reorientar o ângulo de observação mais habitual e que se nos afigura ser uma ‘formulação pela negativa’, ao fechar o ângulo de observação nos problemas (por exemplo: *o que é a pobreza?; quem/como são os pobres?*).

3. Por seu turno, se conhecer sociologicamente é conhecer o *trabalho de ação* por atores contextualizados e situados, temos privilegiado a análise dos quotidianos de desqualificação e requalificação sócio-identitária de mulheres, ao invés do *vazio social* das primeiras perspetivas de identidade social (Amâncio 1993, 1995). E deve ainda ter-se presente que a análise das *noções de identidade contidas nas propostas sociológicas* começou a ser sinalizada no *período formativo* da Sociologia. Instituindo-se esta como o novo saber que propõe um *outro* olhar sobre a relação indivíduo-sociedade³, não conseguiria superar cabalmente uma abordagem dicotómica da mesma relação. Recordem-se as marcas desta conceção: *i)* quer nos sociólogos fundadores (Marx, Durkheim, Weber), de que as leituras clássicas de Durkheim e de Marx se revelam exemplos teóricos paradigmáticos, simultaneamente imbuídos e potenciadores daquela racionalidade dicotómica; *ii)* quer em sociólogos posteriores, de entre os quais tomamos Parsons para a presente reflexão, focalizada nas suas divergentes conceptualizações da relação ator-sociedade: a da *Ação* e a do *Sistema*.

4. Entre outros princípios fundadores da sociologia *compreensiva e interpretativa*, ressalta ainda um: ‘*não há idiotas sociais*’. O que implicou valorizar, para além dos contextos e das margens de condicionamento da ação social, as diversificadas competências criativas que os atores podem acionar, a saber: *i)* *jogos* culturais entre papéis e respetivas leituras, interacionais (Goffman 1959, 1963 e 1987); *ii)* *capitais* múltiplos (Bourdieu 1964, 1968, 1972, 1979, 1980 e 1993); *iii)* *recursos* de tipos e proveniências diferentes (Townsend 1979); ou *iv)* *lógicas de ação* complexas (Dubet 1996). E também implicou valorizar o conhecimento das potencialidades desses atores para elegerem (conscientemente, ou não) distintas *estratégias* e *táticas* identitárias⁴ ante a desqualificação dos ‘territórios sócio-identitários’ (Toscano 2010).

Na leitura que se passa a apresentar, expõem-se as formulações centrais de Parsons para, daí, inferirmos contributos ou discutirmos vetores de análise – latentes e manifestos – que consideramos que podem integrar (potenciar ou limitar) a abordagem sociológica dos processos de requalificação sócio-identitária de mulheres.

A curiosíssima e dupla proposta parsoniana vai comungar dos determinismos normativos prescritivos das primeiras análises das identidades – com o *volte-face* de Parsons, ao abandonar a Teoria Voluntarista pela do Sistema da Ação. Com efeito, na sua obra, a funcionalidade da estratificação da sociedade liberal americana acabaria por justificar, estruturo-funcionalmente, as desiguais socializações e interiorizações culturais, de que os *papéis-estatutos* da classe média americana são o expoente (Dubet 1996: 31 e ss.). Está ainda subjacente à sua produção – ao abandonar a socialização no *trabalho da ação* – uma visão sociocêntrica do sistema social, se bem que com argumentos distintos, como se escreve já a seguir.

PARSONS, O ÚLTIMO DOS SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS

O legado de Talcott Parsons (1902 †1980) é considerado como a obra do último dos clássicos. Americano entusiasta do modelo liberal americano, deu um valioso contributo na aplicação da Análise Sistémica à sociedade e às ciências sociais⁵. E foi também o expoente e criador da grande corrente estruturo-funcionalista⁶ na Sociologia. Mas, sobretudo, deve salientar-se que, para além de ter construído uma obra extensíssima, esta consistiu na produção não de uma, mas de duas complexas Teorias Sociológicas (Dawe 1988): a Teoria Voluntarista da Ação, em 1937⁷; e a posterior Teoria do Sistema Social⁸.

T. Parsons começa a sua obra por elaborar uma revisão crítica da tradição sociológica de análise da ação social – centrando-se nos contributos de Weber, Marshal, Pareto e Durkheim. Desta revisão, salienta que tal tradição assenta num esquema dicotómico, o qual batiza de *dualismo positivista-idealista*. Trata-se, segundo Parsons, *a)* por um lado, da análise por sociólogos que sobrevalorizam os elementos normativos e a ação humana como um processo adaptativo, defendendo que o ator deve adequar-se de modo passivo à realidade social e aos padrões pré-existent; e *b)* por outro lado, de autores idealistas que, ao sobrevalorizarem os componentes ideais da ação, rebatem os postulados dos primeiros. Mas, no seu percurso, Parsons, paradoxalmente, reforçará a perspetiva exterior-coerciva da socialização e da prescrição identitárias – motivo para se abordarem ambas as Teorias.

IDENTIDADES SOCIAIS, RACIONAIS E VOLUNTÁRIAS: GERIR A TENSÃO HERDADO/DESEJADO

Com a Teoria Voluntarista da Ação Parsons visa resituar a *relação meio-fim* e a *racionalidade* no comportamento social (Almaraz 1981; Dubet 1996: 31). De forma global, o sociólogo defende que a *ação social* não é exclusivamente *i)* nem a adaptação a ações objetivas e exteriormente delineáveis; *ii)* nem a exclusiva manifestação de ideais, intenções, valores e sentido subjetivo dos atores sociais. Quanto à visão de *ator social* da Teoria Voluntarista da Ação, revela afinidades genéricas com a abordagem do Controle Social, especificamente ao sublinhar a racionalidade e o voluntarismo do indivíduo social, como se passa a analisar.

Ator, Condicionantes e Intencionalidade da Ação

Para Parsons, o ator é otimista, racional e criativo-constructivo. Nesta linha de abordagem, vai valorizar a capacidade daquele transformar a vida social pela sua ação (Martindale 1979). Com efeito, para este sociólogo da Teoria Voluntarista, o *comportamento social* é simultaneamente condicionado e orientado para *fins*; porém, considera que estes só são atingidos quando o ator escolhe os meios mais adequados. É que a ação humana, segundo Parsons, relaciona os *condicionantes* da ação, a *intencionalidade* do ator e o *meio*. Por *condicionantes* da ação designa a realidade, os elementos objetivos; quanto à intencionalidade do ator, aborda-a na sua relação com outros e com o meio. Assim, a *realidade* engloba as *condições* nas quais agimos, o *contexto* e os nossos papéis, intenções e orientações.

Seguindo o propósito de evidenciar a criatividade do ator social, o sociólogo salienta-lhe a capacidade de adequação dinâmica às *condições da ação*. Parsons entende que, embora estas condições sejam previamente dadas, o ator é capaz de as transformar quando se orienta pelos seus *valores* e pela sua atribuição de *significados*. Como tal, na Teoria Voluntarista da Ação, *só há ação social, porque o ator confere significados a determinada realidade objetiva*.

Ator, situação, condições e intencionalidade da ação: eis os ingredientes basilares da proposta parsoniana das identidades, voluntariamente afirmadas na realidade social. Face a esta conceção de ator, fundada na aliança da subjetividade com a racionalidade, como operacionaliza Parsons tal aliança?

Novo Sistema de Ação e Ator Racionalmente Subjetivo

Na Teoria Voluntarista da Ação, o sociólogo interroga-se quanto aos elementos presentes em todos os comportamentos sociais, elegendo como âmbito de análise o *'unict act'* ou a *'mínima unidade fenomenológica da ação'* (Almaraz 1981: 561). O seu propósito é identificar, de entre os componentes de cada um desses comportamentos sociais *elementares*, aqueles que possam ser generalizados a *todos* os comportamentos sociais, ao que chama de *novo sistema generalizado da ação*. Tais elementos, segundo T. Parsons, são quatro – herança-meio ambiente; meios-fins; valores últimos e esforço⁹. E englobam, em profunda interrelação sistémica, *i)* quer os *elementos condicionais*: objetivos, ou condições últimas da ação (herança e meio-ambiente); *ii)* quer os *elementos normativos* ou fins últimos que presidem à ação, mas não se realizam de modo automático.

Pelo que a ação social, na teoria voluntarista de Parsons, é um *estado de tensão relacional* entre os *elementos condicionais* e os *elementos normativos*, embora o sociólogo defenda que os elementos normativos só se realizam em virtude da atividade do ator. Assim, a sociologia voluntarista apenas examina aqueles elementos nas suas relações com a ação, pois não os considera elementos normativos *em si mesmos* (Parsons 1981: 153 e 161).

Os condicionamentos da ação e as intenções do ator configuram um setor intermédio meio-fim que, por sua vez, é articulado pelo voluntarismo, ou *esforço*, do ator. Este, por ser *criativo*, não é estritamente adaptativo, pois consegue gerir a tensão existente entre as situações previamente dadas e as suas *intenções* de transformar ou superar esses *condicionalismos*. E consegue-o, porque o ator da Teoria Voluntarista da Ação é capaz de recriar as situações iniciais, pois é dotado de racionalidade para escolher os meios *adequados* aos fins *visados*.

Fica claro que, segundo o sociólogo Parsons da Teoria Voluntarista da Ação, *a racionalidade é intrínseca à ação social* por o ator ter competências para, perante situações previamente dadas, escolher os meios adequados para realizar os fins.

Pode extrapolar-se, para a nossa problemática, que as identidades-em processos de des-qualificação e de requalificação sociais seriam entendidas, pela Teoria Voluntarista da Ação, como a constante *gestão*, pelo *esforço* dos atores-sujeitos, entre

i) os componentes desqualificadores anteriores-exteriores e histórico-envolventes

e

ii) as suas volições, desejos e necessidades de requalificação social.

Enraizando Talcott Parsons o caráter criativo da ação no *elemento esforço* que o ator orienta criativamente para as normas comuns, ainda pode supôr-se: para a Teoria Voluntarista da Ação, (os)-as (sujeitos)-mulheres em processos de requalificação social seriam atores *exemplares*?

Na continuação do seu trabalho, Parsons confronta-se com *dois pré-requisitos funcionais* ao nível social: quer a ordem social, quer a adequação entre a motivação para agir e a otimização da satisfação almejada.

Nessa análise, vai abandonar definitivamente a conceção da ação social como *'uma classe de unidade atômica da qual as sociedades são compostas'*, passando a tratar *'a própria ação como sistema'*. (Martindale 1979: 569). Vejamos como.

HIPER-SOCIALIZAÇÃO Culturalista?

Na sequência do trabalho com Shils, Bales e outros colaboradores, Parsons reformula a perspetiva e noção de *Ação Social* na abordagem do *Sistema de Ação Social*¹⁰. O sociólogo define o *sistema* pela pluralidade de pessoas em interação e postula que o mesmo necessita que uma proporção suficiente dos seus membros desempenhe os *papéis essenciais*, com um nível adequado de *eficácia*¹¹. Aprofundando os problemas funcionais de Bales¹², Parsons evidencia que a organização do Sistema de Ação tende para a satisfação ótima a qual pressupõe renunciar a outras satisfações. Já em colaboração com Shils, Parsons ainda seleciona as 5 variáveis-modelo ou padrão, i.e., os dilemas que caracterizam a *orientação valorativa da ação*: afetividade/neutralidade afetiva; auto-orientação/orientação coletiva; universalismo/particularismo; adscrição/desempenho; e, por fim, especificidade da ação/ação difusa.

Um Espaço de Ação Estruturo-Funcional

Destes adquiridos resulta a conceção parsoniana do *espaço da ação* que fundamentará uma teoria sobre a motivação e problemas concernentes. Não cabe aqui aprofundá-la. Mas repare-se que as *'pattern variables'* denotam que o autor, para fundamentar o seu modelo estruturo-funcional,

passa a interessar-se pela relação real entre o indivíduo (psicológico) e o (condicionamento) social.¹³ Mas Parsons também passa a considerar que a ação social, para além de integrar *desejos* (símbolos expressivos e motores da satisfação), ainda abrange ideias e valores-normas. As ideias designam o conhecimento e garantem a *orientação cognitiva da ação*; por sua vez, os valores e as normas permitem a *orientação avaliativa-valorativa da ação* ao viabilizar a apreciação, a interpretação e a hierarquização dos objetos de desejo. Deste modo, o Sistema de Ação consegue '*integrar os elementos motivadores e simbólicos num sistema instrumental, estruturado*', claramente normativo (Dubet 1996: 43).

Este é o testemunho da convergência (e da dívida) do autor para com a via da sociologia durkheimiana (Durand 1993). Daqui, até à conceção 'hipersocializadora', vai um pequeno passo.¹⁴

Na verdade, na Teoria do Sistema Social, o fulcro da dinâmica dos sistemas sociais é a ordenação normativa da satisfação de necessidades. Agora, a capacidade de adequação normativa dos atores – a ideias e crenças (e, necessariamente, aos papéis) socialmente esperados – passa a ser entendida como decisiva na estruturação funcional desses sistemas.

Como funcionam, nesta Teoria do Sistema, os mecanismos de adaptação-integração dos atores às expectativas sociais? E como se processa a estabilização dos padrões sociais num sistema que é, por definição sistémica, dinâmico?

Da Adaptação Socializada à Socialização Precoce da Adaptação

Para responder àqueles problemas, Parsons centra-se, primeiro, na conceção dos 4 Sub-sistemas de um Sistema Geral da Ação que, depois, transpõe para o estudo daqueles no macro sistema social. Os 4 Sub-sistemas, articulados de modo funcional e hierárquico, são a Moral, o Direito, a Política e a Economia. Quando o autor os transpõe para a sociedade-objeto sociológico, designa-os, respetivamente, por Sub-sistemas Cultural, Social, Psíquico ou da Personalidade e Sub-sistema Biológico.¹⁵

O Sub-sistema Cultural (a Moral do Sistema Geral da Ação) é relativo aos sistemas simbólicos e à produção dos valores, dos conhecimentos e das ideologias; é, por isso, o Sub-sistema mais rico em informação no Sistema geral. Corresponde, nos Sistemas Sociais, ao Sub-sistema determinante da ação, porque regula a manutenção dos modelos cultu-

rais, ao desenhar, de modo prescritivo, o quadro normativo integrador de uma sociedade. Em consequência, este *quadro normativo estrutura e confere a identidade social aos atores sociais*, uma vez que é este Sub-sistema Cultural que configura o quadro de formação e desempenho dos papéis sociais, pois baliza os comportamentos esperados e tidos como corretos socialmente.

A função de integração interna do Sistema Geral é garantida, ao nível da organização social, pelo sub-sistema da diferenciação dos estatutos-papéis ou Sub-sistema Social da interação entre os atores (transposição do Direito do Sistema Geral da Ação).

Para o sociólogo, quanto mais claros, coesos e coerentes entre si estiverem os grandes orientadores normativos numa organização social (Sub-sistema Cultural), mais clara é a *prescrição* social de papéis e trajetórias sociais; logo, mais facilmente *os atores interiorizam e se orientam para essas expectativas sociais, tendendo a adequar-se aos papéis institucionalizados*. Nesta ordem de ideias, quanto mais se adequar o desempenho dos atores aos papéis previstos-prescritos, maiores serão os seus estatuto e prestígio sociais: o seu reconhecimento social. Esse Sub-sistema Social consagra (pelo Direito⁶) as normas da participação do ator, pois *'o sistema é superior às suas unidades'*. O que significa que, ao postular na Teoria do Sistema Social que *'a coletividade'* (unidade composta) *'se sobrepõe ao ator individual'*, Parsons constitui a *adequação normativa* de ideias e crenças como o aspeto decisivo dos estatutos-papéis (Martindale 1979: 571).

Corolário deste enfoque? Só mesmo a redefinição do lugar do ator no Sistema de Ação: *'a unidade própria do sistema social é o estatuto-papel mais que o ator ou a ação'* (Martindale 1979: 570).

Em consequência, os atores-participantes-constitutivos nas expectativas sociais – atores-adequados-estatuto-papel – porque são reconhecidos socialmente, também são mais gratificados psicologicamente (gratificação individual-particular). E a gratificação proporciona a consecução dos fins definidores, dos objetivos coletivos, como dos fins particulares da ação, que é a função específica do Sub-sistema Psíquico ou da Personalidade. Para Parsons, esta terceira função do Sistema Geral da Ação opera, na organização social, ao nível da Política⁷.

Com maior *gratificação social* e melhor *bem-estar do indivíduo no Sistema Social*, a ação humana tende, ao nível da *conduta*, para a adaptação. Entramos, assim, na quarta e última transposição das funções do Sistema Geral da Ação: a Economia. Para Parsons, a melhoria adaptativa às condicionantes externas, não sociais, é garantida pelo Sub-sistema

do Organismo da conduta ou sistema neuro-fisiológico. Este, sendo o Sub-sistema mais pobre em informação, é, em contrapartida, o produtor e garante da energia específica para a ação. Daí que, segundo o autor, o Sub-sistema do Organismo da conduta seja mediado por relações económicas específicas¹⁸ e se manifeste no Sistema Social sistémico, através precisamente da Economia. Pelo que, esta consiste na relação entre maior gratificação e condicionamento, garantindo, desta forma, a gestão adaptativa dos recursos.

Em síntese, obtém-se: a manutenção Latente dos padrões, por coesão dos padrões sociais, condiciona a Integração social ou adequação dos atores aos estatutos-papéis prescritos. Esta integração permitirá a Gratificação, quer dizer, a estabilidade psicológica e satisfação individual que é, por seu turno, a base da Adaptação (comportamento adequado e ordeiro). Por sua vez, e por efeito de *feed-back*, o comportamento adaptativo reforça a manutenção Latente dos padrões sociais.

Eis como os 4 Sub-sistemas do *sistema AGIL* de Parsons são estruturo-funcionalmente interdependentes¹⁹.

O mesmo *sistema AGIL* ainda congrega 4 funções estruturais da socialização e da construção da identidade dos sujeitos sociais.²⁰ Com efeito, para dar conta '*das condições nas quais o indivíduo pode ser "requerido, induzido, constrangido ou motivado a participar na vida social"*'²¹, Parsons situa o processo socializador ao longo de 4 fases (fortemente inspiradas na teoria genética de Freud) que correspondem às funções assinaladas no *sistema AGIL*. Sistematizando essas 4 fases, temos:

1) *Fase da crise oral* (primeira crise da biografia individual – identificação primária²² e diferenciação filho-bébé/mãe: *mother-child-identity*): consiste no período em que a estabilidade normativa (L) é determinante para superar a crise da adolescência e para a adaptação adulta, pela socialização precoce (Dubar 1991: 55).

2) *Fase edipiana* (primeiro alargamento do mundo social, a par da diferenciação por sexo: sex-role identification): nesta fase previne-se a integração (I) do indivíduo, enquanto ser sexuado, no sistema social e, especificamente, na divisão sexual dos papéis sociais.

3) *Fase da latência* (reconhecimento da família como primeiro sistema social global, consolidando, na personalidade social do jovem, os 4 papéis sociais familiares: mãe, pai, rapaz e rapariga: *latency-child society*): caracteriza-se pela primeira passagem à categoria universalista e pela adesão a normas imparciais mais gerais, a par da interiorização de outros papéis sociais. Complexifica-se o jogo da gratificação imediata (G) própria dos papéis familiares, a que agora se juntam os escolares e

os de amizade-companheirismo – que se orientam pela lógica da gratificação pelo desinteresse.

4) *Fase da maturidade* em que desemboca a resolução da crise da adolescência (reconhecimento e afirmação da pertença adulta a grupos universalistas, superando o particularismo do quadro familiar): trata-se do termo do processo socializador, o momento em que o indivíduo atinge a plena capacidade de reconstruir a sua adaptação social (A). Ou seja, a fase em que o indivíduo concretiza as suas competências de adaptação institucional e de manipulação das sanções e das normas sociais aos móveis, socialmente legítimos, da sua ação.

Na Teoria do Sistema Social, evidencia-se a sobrevalorização dos elementos institucionais²³ e socializadores-interiorizadores (lembre-se: *‘a unidade do próprio sistema social é o estatuto-papel’*). O percurso do autor culmina quando resume à Ordem Social os pré-requisitos funcionais do Sistema. Mas como a institucionalização (estatuto-papel) consiste na *‘integração de elementos da personalidade e do sistema cultural’*, Parsons não define explicitamente a Ordem Social – a socialização dos comportamentos funcionais – como sendo a causa da vida coletiva (Almaraz 1981: 562)²⁴. Contudo, a ausência de uma explícita ‘propriedade causal’²⁵ não iliba Parsons, a nosso ver, de duas justas críticas: 1.^a - a de formular um modelo de normatividade moral; 2.^a - a de conceptualizar *‘a mudança social (...) como inevitavelmente patológica’*.

Fiel ao problema hobbesiano (coesão e competição sociais: são conciliáveis?), parece que Parsons resolve o paradoxo social pela regra comum do tipo ‘se não os vences, junta-te a eles’ – como corrobora Dubar: ‘O paradoxo de Hobbes [...] é assim resolvido: não se faz a guerra aos seus semelhantes, identifica-se com eles’. (1991: 55).

Transladando esta solução para os/as sujeitos-mulheres-em processos de desqualificação e requalificação sociais, dir-se-ia que o sistema social não deve apenas empenhar-se em minorar a distância entre ‘pobres’ e ‘não-pobres’. O sistema social deve sim, e sobretudo, promover processos de ‘reinclusão’ ou padronização social dos atores diferentes. Exemplo desses atores diferentes podem ser os ditos pobres, as mulheres, ou as mulheres ditas pobres.

REFLEXÕES FINAIS

Indesejado nesta formulação, o conflito de interesses e poderes é central nas propostas de sociólogos – quer clássicos, quer posteriores – as quais, porém, extravasam o âmbito deste texto.

Persiste o facto de continuar em aberto – e de ser problemática – a conceptualização da ação, do ator-sujeito e da mudança sociais, de que as abordagens da 'pobreza' e da desqualificação-requalificação sócio-identitária tanto usufruem, como têm vindo a contribuir.

Centralidade da ação, esforço racional, reflexividade, subjetividade e intersubjetividade dos sujeitos – emergem, desde a Teoria Voluntarista da Ação (entre outras), como utensílios teóricos férteis (entre outros) para as perspetivas que pretendam aprofundar o conhecimento das *vi-vências sócio-identitárias exemplares* de processos de requalificação social.

Como também são férteis, para o estudo dos padrões de inclusão, alguns utensílios teóricos da Teoria do Sistema Social, de que se destaca, nomeadamente, a dificuldade que temos em reinterpretar, na modernidade tardia, sub-sistemas socialmente construídos na modernidade: a Moral, o Direito, a Política e a Economia.

O trabalho científico reafirma, assim, a sua distância e liberdade face à 'achologia' de café ou dos *media*. Esta tranquilizará conversas entre pares, pois legitima qualquer opinião e, seguramente, as mais dominantes. Aquele, ao invés, instiga-nos à reflexão e à questionação fundamentadas; e sobrevive – independentemente do acordo ou desacordo pessoais; e indiferente à sua popularidade ou impopularidade. Sobrevive o trabalho científico – dizíamos, com Karl Popper – como o próprio conhecimento científico, até ao momento em que outras focalizações e conceptualizações, emergentes da realidade, se afirmem mais adequadas para analisar e traduzir, interpretativamente, o mundo mutável em que continuamos a viver neste século posterior ao da Obra de Parsons.

NOTAS

- 1 Cf. a abordagem formulada e desenvolvida por Serge Paugam 1994 [1991].
- 2 Recomendam-se contributos de autores como Demazière 1999; Demazière e Dubar 1997; Paugam 1994, 1991; e Touraine 1965, 1976, 1978, 1984, 1992, 1998 e 2005.
- 3 Refira-se ainda outra distinção entre indivíduo – unidade indivisível

- e pessoa – indivíduo humano no sentido mais lato, manifestação visível do indivíduo pelo desempenho de papéis sociais (Cazeneuve 1995: 11).
- 4 Ver, por exemplo, os contributos de Lipiansky, Taboada-Léonetti e Vasquez 1990.
 - 5 Ver Durand e Weil 1993: 83 e ss. Da vasta bibliografia analítica de Parsons, ver as sistematizações de Ferreira et al. 1995: Capítulo 7.
 - 6 O funcionalismo absoluto (radical) foi formulado pela antropologia cultural anglo-saxónica de Malinowski – desde 1884 – e Radcliffe-Brown, desde 1881. Sobre o funcionalismo mitigado de Merton, ver, entre outros: Almaraz 1981; Martindale 1979; Durand e Weil 1993: 88 e ss.; Ferreira et al. 1995: 237-29; Dubar 1991: 56 e ss.; e Dawe 1980: 523-546.
 - 7 Formulada na sua obra, *The Structure of Social Action* (1937).
 - 8 Esta outra produção é saliente no seu livro *The Social System* (1951), como nas suas posteriores obras conjuntas com Bales e Shils (1953) e com Shils e Kluchohn (1957).
 - 9 Ver o paralelismo desta análise com a doutrina aristotélica das quatro causas – substância, matéria, fonte da matéria e finalidade/bem – por Martindale (1979: 496); e, num outro contexto, por Nicolas Herpin (1982: 48).
 - 10 Para desenvolvimentos, cf. Ferreira et al. 1995: 226 e ss.; Durand et al. 1993: 96 e ss. Martindale 1979: 572 e ss; e Touraine 1992: 33.
 - 11 Parsons citado em Martindale 1979: 368. Cf. também a crítica de Dubet 1996: 31 e ss.
 - 12 Ver Martindale 1979: 582 e ss.
 - 13 François Borricaud critica Parsons por privilegiar uma análise do indivíduo-pessoa singular no meio social, em detrimento do estudo sociológico da relação ator-sociedade. Desta crítica discordam Durand et al. (1993: 104-105). Por sua vez, para Almaraz (1981: 562), apesar de, na obra de Parsons, predominar o ‘psicológico na fundamentação do modelo’, globalmente entende que o esquema (AGIL) da ação está ‘despojado de subjetivismo e psicologismo’ e é ‘concebido como instrumento objetivo de decomposição e ordenação do real’ (1981: 563).
 - 14 Classificação por Dennis Wrong 1961, citado em Dubet 1996: 63; como em Ferreira et al. 1995: 231; e também em Dubar 1991: 53 e ss.
 - 15 Cf. Almaraz 1981: 561 e ss.; Martindale 1979: 569 e ss.; Dubar 1991: 46 e ss.; Ferreira et al. 1995: 227-230 e Durand e Weil 1993: 97 e ss.
 - 16 Neste Sub-sistema, é o Direito que aprofunda a lealdade das comunida-

- des e a atribuição de prestígio e influência sociais.
- 17 Entendida esta, por Parsons, como os constrangimentos e coerção necessários à ordenação de uma sociedade diferenciada.
 - 18 Tais relações podem ser, segundo Parsons: contratuais, de troca, de repartição e de diferenciação social dos papéis profissionais.
 - 19 O esquema AGIL (LIGA para não anglófonos) é considerado, pelos analistas de Parsons, um salto considerável da sua produção. Para o próprio Martindale, o esquema 'assume formalmente' a relação meio-fim, o vetor temporal e a hierarquia de controle. E o mesmo autor considera que Parsons assume estes componentes i) inicialmente, por dedução fenomenológica; ii) mais tarde, retraduzindo-os psicossociologicamente; e iii) por culminar, 'definitivamente, e de modo naturalista', nesta formulação do esquema AGIL. Cf. ainda a convergência dos conteúdos do esquema AGIL com os conteúdos da biologia, genética, cibernética e teorias da informação (1979: 563).
 - 20 Referimo-nos à obra conjunta de Parsons com Bales, e outros colaboradores: *Family, Socialization and Interaction Process* (1956).
 - 21 Citado em Dubar 1991: 54. Cf. ainda Dubet 1996: 35; e Martindale 1979: 580 e ss.
 - 22 Salientando a centralidade do papel socializador da mãe, Parsons também considera, como modelos de socialização, o pai e os outros atores sociais que possibilitam que o bebé aprenda o permitido e o interdito, mediante sanções e permissões orientadas como resposta aos atos daquele.
 - 23 Sobre os tipos de diferenciação dos papéis sociais e de institucionalização (relacional, reguladora e cultural), cf. Martindale 1979: 571-572.
 - 24 Relacionada com esta temática, veja-se a reflexão de Dubet (1996) quanto à necessidade de conciliar Max Weber e Émile Durkheim.
 - 25 Durand et al. (1993: 102-103) mencionam estas considerações de Guy Rocher.

REFERÊNCIAS

- Almaraz, José
1981 *La Teoría Sociológica de Talcott Parsons*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Amâncio, Lígia

- 1993 'Identidade Social e Relações Intergrupais'. In *Psicologia Social*. Editado por Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp.287-307.
- 1995 *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.

Bourdieu, Pierre

- 1972 *Esquisse d'une Théorie de la Pratique. Précédé de Trois Études d'Ethnologie Kabile*. Genève: Droz.
- 1979 *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- 1980 *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit.
- 1993 *La Misère du Monde*. Paris: Éd. du Seuil.

Chamboderon, Jean-Claude; Passeron, Jean-Claude

- 1968 *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton-Bordas.

Passeron, Jean-Claude

- 1964 *Les Héritiers*. Paris: Minuit.

Camilleri et al., Carmel

- 1990 *Stratégies Identitaires*. Paris: PUF.

Cazeneuve, Jean

- 1995 *La Personne et la Société*. Paris: PUF.

Demazière, Didier

- 1999 'Les Logiques de Recherche d'Emploi entre Activités Professionnelles et Activités Domestiques'. *Cahiers du Genre* 26 – Un Continent Noir: Le Travail Féminin. Editado por Jacqueline Heinen e Danièle Kergoat. pp. 33-57.

Demazière, Didier; Dubar, Claude

- 1997 *Analyser les Entretiens Biographiques: L'Exemple des Récits d'Insértion*. Paris: Nathan.

- Dawe, Alan
 1988 [1978] 'Las Teorías de la Acción Social'. In *Historia del Análisis Sociológico*. Editado por Tom Bottomore e Robert Nisbet. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Dubar, Claude
 1991 *La Socialisation: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*. Paris: Armand Colin.
 1992 'Formes Identitaires et Socialisation Professionnelle'. *Revue Française de Sociologie* 33 (4). pp.505-29.
 1994 'Une Sociologie (Empirique) de l'Identité Est-Elle Possible?'. In *Une Sociologie des Identités est-elle Possible? – Actes du Colloque Sociologies IV*. Editado por Suzie Guth. Paris: Editions l'Harmattan. Tome III. pp. 24-31.
 1995 [1984] *La Formation Professionnelle Continue*. Paris: La Découverte.
 2006 *A Crise das Identidades: A Interpretação de uma Mutação*. Porto: Afrontamento.
- Durand, Jean-Pierre; Weil, Robert (ed.)
 1993 *Sociologie Contemporaine*. Paris: Vigot.
- Dubet, François
 1996 [1994] *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ferreira et al., J. M. Carvalho
 1995 *Sociologia*. Lisboa: Editora McGrawHill de Portugal.
- Goffman, Erving
 1982 [1963] *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
 1975 [1959] *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*. Petrópolis: Vozes.
 1987 'L'Ordre de l'Interaction'. *Sociétés* 14: 8-16.
- Guth, Suzie (ed.)
 1994 *Une Sociologie des Identités est-elle Possible? Actes du Colloque Sociologies IV*. Paris: Editions l'Harmattan.

- Lipiansky, Edmond Marc; Taboada-Léonetti, Isabelle; Vasquez, Ana
1990 'Introduction à la Problématique de l'Identité'. In *Stratégies Identitaires*. Editado por Camilleri et al. Paris: PUF. pp. 7-26.
- Martindale, Don
1979 [1960] *La Teoria Sociológica: Naturaleza y Escuelas*. Madrid: Aguilar.
- Paugam, Serge
1994 [1991] *La Disqualification Sociale: Essai sur la Nouvelle Pauvreté*. Paris: PUF.
1991 'Les Statuts de la Pauvreté Assistée'. *Revue Française de Sociologie*
32. pp.75-101.
- Toscano, Maria de Fátima
1993a 'Dimensões Sociocêntricas dos Estudos Sociais em torno dos 'Grupos Pobres'. Estruturas Sociais e Desenvolvimento'. *Atas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Ed. Fragmentos. Vol. II. pp. 303-19.
1993b Pobres: Destinos Fatais e Utilidade Social: Por uma Sociologia da Ação Histórica. Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
2002 'Racionalidades Complexas, Trajetórias, Reinclusão Social: Esmeralda. Um Processo Social de Reconstrução Identitária Cigana'. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia*. Versão em papel e em CD.
2006 'Qualidade de Vida – Cuidar do Futuro: Reptos sobre a Exclusão Social'. *Actas da IVª Semana Social Cidadania Pessoal, Responsabilidade Coletiva*. Conferência Episcopal Portuguesa, Marinha Grande (15 a 17 de novembro 2001). pp 81-91.

2010 [2008] Sociologia das Identidades, *Ofício de Revelação: Exemplos Formas de Vida. Testemunhos de Mulheres Em Luta Pela Requalificação Social*. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia (regime especial de Apresentação ao abrigo do Art. 33.º do DL 74/2006 – DR 60 de março 2006). ISCTE. 1.ª impressão: julho, 2008; reimpressão: junho 2010. (polic.)

Touraine, Alain

1976 *Em Defesa da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

1992 *Critique de la Modernité*. Paris: Fayard.

1998 [1978] *Iguais e Diferentes: Poderemos Viver Juntos?*. Lisboa: Instituto Piaget.

2005 *Un Nouveau Paradigme Pour Comprendre le Monde d'Aujourd'hui*. Paris: Fayard.

1984 *Le Retour de l'Acteur: Essai de Sociologie*. Paris: Fayard.

1965 *Sociologie de l'Action*. Paris: Ed. du Seuil.

1978 *La Voix et le Regard*. Paris: Ed. du Seuil.

Townsend, Peter

1979 *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living*. Nova Iorque: Penguin Books.

Da 'Pobreza' Voluntária à Hiper-Socializada?: Uma Interpretação Sociológica das Identidades Sociais de Mulheres 'Pobres', a Partir da Obra de Talcott Parsons

From Voluntary to Hyper-Socialized 'Poverty': A Sociological Interpretation of 'Poor' Women's Social Identities, After the Work of Talcott Parsons

Sumário

Summary

A face feminina da pobreza, enquanto fenómeno social, é abordada neste artigo, a partir de uma leitura crítica da teoria sociológica de Talcott Parsons. A discussão da desqualificação social da mulher na pobreza é aqui parte de uma discussão mais alargada das identidades sociais, como uma realidade em permanente construção, desconstrução e reconstrução, explorando esta cadeia de transformação, em particular, a partir da relação entre a teoria da ação e a teoria do sistema, na sociologia de Parsons, uma relação que, em si própria, constitui um movimento de construção, desconstrução e reconstrução na transformação do pensamento parsoniano.

Palavras-Chave: Mulher, pobreza, identidade social, teoria sociológica, Talcott Parsons.

The feminine face of poverty, as a social phenomenon, is approached in this article, from a critical reading of Talcott Parsons sociological theory. The discussion on the social disqualification of women in poverty is here part of a broader discussion of social identities as a reality in permanent construction, deconstruction and reconstruction, exploring this chain of transformation, in particular, from the relation between the action theory and the system theory in Parsons sociology, a relation that constitutes in itself a movement of construction, deconstruction and reconstruction in the transformation of the Parsonian thought.

Keywords: Woman, poverty, social identity, sociological theory, Talcott Parsons.